



INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS

PARECER DO RELATOR

PROCESSO: 01.00004773/06 – Mineração Rio Pomba Cataguases Ltda

RELATOR: MARISA MARTINS GOMES

MATÉRIA: MULTA ADMINISTRATIVA- AUTO DE INFRAÇÃO Nº 020239-3/A

RELATÓRIO SUCINTO: (Exposição da matéria)

A empresa Mineração Rio Pomba Cataguases Ltda foi autuada através do AI nº 020239-3/A por matar espécimes da ictiofauna silvestre por meio de lançamento de rejeito da lavagem de bauxita no Córrego Bom Jardim, o qual provocou a desoxigenação da água do córrego e também do Rio Fubá e Muriaé. Estima-se em 2000 Kg de peixes mortos.

Faz em sua defesa as seguintes alegações:

- que em 01/03/06 houve deslocamento de uma das placas reguladoras de contenção do vertedouro da barragem principal, acarretando o lançamento de aproximadamente 135.000 m³ de água misturada com argila. O laudo do IBAMA aponta um volume de apenas 80.000 m³, ficando afastado o quantitativo de 400.000 m³ noticiado pela imprensa;
- que não houve rompimento na barragem, mas tão somente o deslocamento de uma das placas;
- que a empresa recebeu auto de infração da FEAM em 03/03/06, anterior ao do IEF, não cabendo duplicidade de sanção pelo mesmo fato;
- que o laudo técnico de diagnóstico da ictiofauna local mostra que, pela densidade e tamanho dos peixes, a estimativa de 2000 Kg não é apenas exagerada, mas totalmente fora de qualquer razoabilidade. São peixes com comprimento com média inferior a 10 cm e pesos em média de 10g. Se a média de peso é de 10g para se chegar a 2000 Kg seriam necessários 200.000 peixes, quantidade impossível de ser encontrada em trecho tão curto;
- que a Prefeitura de Mirai, também declarou que fez uma limpeza no Rio Fubá para coletar peixes mortos não chegando a 130Kg, declarando inclusive que não houve mortandade de peixes;
- que o Decreto nº 43.713/04 tem como pressuposto para aplicação de sanção tipificada no código 35 a determinação da "extensão do dano", e partir do momento em que não há referência segura do parâmetro utilizado para definir essa extensão, não há como aplicar validamente essa norma;
- que se o auto de infração faz referência "estimados" 2000 Kg e não traz as atenuantes ou agravantes e nem afirma que elas não existem, não há como o colegiado proferir um julgamento tecnicamente correto;



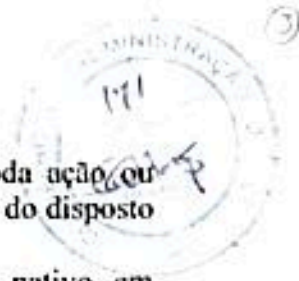
- que não houve o necessário contraditório, o auto de infração já aplica imediatamente, multa à empresa sem dar chance a ela de se defender previamente;
- que na esfera administrativa a responsabilidade é subjetiva, depende da demonstração de culpa do empreendedor. A autuada não agiu com culpa, nem houve omissão sua. Foi um fato isolado porque o deslocamento de uma placa do vertedouro não poderia ser previsto;
- que a Lei nº 14.309/2002 em seu art. 60 trata das circunstâncias que atenuam a sanção administrativa. A Rio Pomba já possui algumas delas: é uma empresa absolutamente regular; logo após o acidente comunicou à autoridade municipal; juntamente com outros órgãos entrou imediatamente em ação de forma a minimizar os efeitos do incidente; espontaneamente está recuperando a área atingida; já elaborou laudo de segurança da barragem apresentando-o à FEAM; já celebrou Termo de Ajustamento de Conduta com o Ministério Público e está cumprindo o compromissado; a situação pregressa da empresa é exemplar;
- considerando todas as atenuantes, pleiteia a redução de sua multa em 100%, pois já foi penalizada com a paralização de 30 dias;
- que a jurisprudência firmou orientação no sentido de que a imposição de multa em limite superior ao mínimo, sem indicação de qualquer circunstância agravante, gera a nulidade do auto de infração;
- que de acordo com a Lei nº 9.605/98 e Decreto Federal nº 3.179/99 as multas e sanções administrativas terão a exigibilidade suspensa, quando o infrator por Termo de Compromisso obrigar-se à adoção de medidas para fazer cessar ou corrigir a degradação ambiental causada;
- na improvável nulidade do auto de infração ou redução de 100% do valor da multa, temos que o art. 2º, § 4º, do Decreto nº 3.179/99 dispõe que a multa simples pode ser convertida em serviços de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente.

Requer seja o auto de infração declarado nulo, ou alternativamente:

- seja a multa reduzida em 100%, considerando as atenuantes. Na hipótese de não redução em 100%, que se aplique a redução de 90%;
- aplicação do § 3º do art. 60 do Decreto 3.179/99 de forma integral, pela combinação com o inciso III, § 1º, do art. 60 da Lei 14.309/2002;
- na hipótese de não aplicação do § 3º do art. 60 do Decreto 3.179/99 de forma integral, que se aplique a redução de 90%;
- a celebração de Termo de Compromisso. Cumpridas as obrigações, que eventual multa aplicada seja reduzida;
- conversão da multa em serviços de preservação.

ANÁLISE (Há de ser fundamentada, com motivação própria do julgador ou aceitação expressa das razões do recorrente, ou das informações do recorrido, ou de pareceres emitidos no processo dentro dos princípios de mérito e legalidade):

O auto de infração foi lavrado com embasamento legal no art. 19, IV da Lei nº 14181/2002 e art. 23 nº de ordem 35 do Decreto 43854/2004 que assim dispõe:



"Art. 19 – Lei 14181/2002 – As infrações administrativas compreendem toda ação ou omissão que contrarie os dispositivos desta lei e seu regulamento, sem prejuízo do disposto na legislação em vigor e em especial:

IV – a prática de ação que provoque a morte de animal ou vegetal aquático nativo, em qualquer de suas fases de crescimento e desenvolvimento, sem autorização do órgão competente".

"Art. 23 – Decreto 43713/2004 – As infrações administrativas compreendem toda ação ou omissão que contrarie os dispositivos da Lei nº 14181/2002 de 17 de janeiro de 2002, e deste decreto, aplicando-se aos infratores as respectivas penalidades, conforme especificações do Anexo, sem prejuízo das cominações penais e cíveis previstas na legislação em vigor".

"Nº de ordem 35 do Decreto 43.854/2004 – Matar, ferir, esterilizar espécimes da ictiofauna silvestre, por meio de poluição, alteração de vazão, barramento de curso d'água, operação de máquinas e desoxigenação da água – multa de R\$ 1.000,00 (um mil reais) a R\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões), calculados de acordo com a extensão do dano".

Foi aplicada multa no valor de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) mais R\$20.000,00 (vinte mil reais) referente à reposição da pesca, totalizando R\$ 1.020.000,00.

Não há que se falar em duplicidade de sanção pelo mesmo fato (uma da FEAM e outra do IEF), posto que o auto de infração da FEAM foi pelo "deslocamento na função entre placas reguladoras de vazão dos vertedores, promovendo o vazamento do rejeito, ocasionando sérios danos ambientais em áreas de jusante, atingindo grandes extensões", já o do IEF foi pela morte de aproximadamente 2.000 Kg de peixes, decorrentes do vazamento, não caracterizando "bis in idem".

Em relação ao questionamento da defesa quanto à quantidade de peixes mortos, de acordo com vistoria realizada nos locais afetados, no período de 02 a 10 de março de 2006 concluiu-se:

"foram encontradas grandes quantidades de espécies de peixes mortos, distribuído ao longo dos cursos vistoriados (Córrego Bom Jardim, Rio Fubá e Rio Muriaé), estendendo a mortandade até o trecho do Rio Muriaé na área urbana do município de Muriaé. Das espécies encontradas podemos citar entre outras, Lambari, Traíra, Mandi, Bagre e Cará".

"A mortandade da ictiofauna está ligada diretamente à elevação brusca da turbidez da água, que impediu a respiração dos peixes, através da adesão de sólidos suspensos ao seu sistema respiratório, ocasionando a oclusão dos arcos branquiais e a conseqüente interrupção da oxigenação branquial".

"Para efeito do cálculo dos emolumentos de reposição de pesca estima-se em 2000 Kg de peixes mortos".

A alegação de que a mortandade de peixes verificada não decorreu de contribuição culposa por parte da recorrente, não deve prevalecer, pois em se tratando de poluição ambiental a



modalidade culposa é prevista, uma vez que costumeiramente o meio ambiente é degradado por ato culposo. Culpa segundo o direito é: "violação ou inobservância de uma regra ou conduta que produz lesão do direito alheio. Elemento subjetivo da infração cometida, compreendida pela negligência, imprudência ou imperícia, que pode existir em maior ou menor proporção (da culpa levíssima à culpa grave) e obrigando sempre o infrator à reparação do dano (Dicionário de Termos Jurídicos/Informações extraídas de "Noções de Direito para Jornalistas", publicado pelo TRT/ 3ª Região e publicação do TJ/RS)".

Não há que se falar também em inobservância do disposto na legislação quanto à extensão do dano para aplicação da multa, pois constata-se do laudo técnico que o dano se estendeu por todo o trecho envolvendo o Córrego Bom Jardim, Rio Fubá e Rio Muriaé.

O valor da multa aplicada não feriu o princípio da proporcionalidade, posto que segundo o art. 20 da Lei nº 14.181/2002 "A ação ou omissão contrária às disposições desta lei sujeita o infrator às penalidades a seguir relacionadas, sem prejuízo da reparação do dano ambiental, principalmente o relativo à ictiofauna, e de outras sanções legais cabíveis:

I – multa de R\$ 50,00 (cinquenta reais) até R\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões), calculada de acordo com a natureza da infração, seu grau, extensão, área e região de ocorrência, o volume, o peso, a quantidade em unidades e o valor ecológico do objeto da infração, a finalidade e as características do ato que originou a infração, a exigência de reposição ou reparação relativa ao ato, o dolo ou a culpa do infrator, bem como sua proposta ou projeto de reparação, conforme estipular o regulamento desta lei".

No caso em tela constatada está a extensão do dano, com a ocorrência da mortandade de peixes, e pela gravidade da situação, que é também tida como crime ambiental nos termos do art. 33 da Lei Federal nº 9.605/1998 (Lei de Crimes Ambientais).

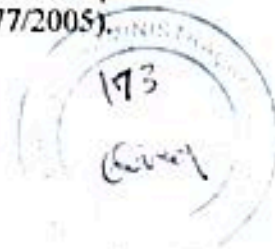
A alegação do autuado de que a ação do Poder Público na lavratura do auto de infração só deve acontecer quando não houver outro meio de se atingir a finalidade para a preservação do meio ambiente, não deve prevalecer, pois o art. 20 da Lei nº 14.181/2002 prevê além da aplicação de penalidade pecuniária, como também a interdição, embargo e suspensão das atividades, sem prejuízo da reparação do dano ambiental causado.

Independente da multa fica o infrator também obrigado a reparar o dano causado, conforme determina o art. 22, § 2º do Decreto nº 43.713/2004.

Em se tratando de dano ambiental não há que se falar em excludente de responsabilidade, pois o art. 14, § 1º da Lei nº 6.938/1981 que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente assim dispõe: Art. 14 - § 1º - Sem obstar a aplicação da penalidade prevista neste artigo é o poluidor obrigado independentemente de existência de culpa, a indenizar ou reparar os danos causados ao meio ambiente e terceiros afetados por sua atividade. O Ministério Público da União e dos Estados terá legitimidade para propor ação de responsabilidade civil e criminal por danos causados ao meio ambiente".

É inadmissível a exclusão de responsabilidade pela ocorrência de caso fortuito ou força maior "uma vez que, o indicado no art. 70 e § 5º da Lei Federal nº 9.605 de 12/02/98 aplica-se ao procedimento administrativo para o, licenciamento ambiental dos

empreendimentos utilizadores de recursos ambientais, quando da construção, instalação, ampliação e funcionamento, na execução do termo de compromisso firmado, e não quanto ao modo, forma da ocorrência do dano (Parecer Procuradoria CGPA/IEF nº 577/2005).



CONCLUSÃO:

Face ao exposto acima e considerando o laudo técnico elaborado pelo IEF referente a morte de peixes, opino pelo INDEFERIMENTO do recurso, mantendo a penalidade no valor de R\$ 1.000.000,00.

BH. 29 / 05 / 07

Assinatura do Relator:

Marisa Marcelina Gomes
Ass. 1000000 2



HOMOLOGAÇÃO DO DIRETOR DE MONITORAMENTO E FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL

Ref: Processo nº 01.00004773/06 AI nº 020239-3/A – Mineração Rio Pomba
Cataguases Ltda

O Diretor de Monitoramento e Fiscalização Ambiental do Instituto Estadual de Florestas - IEF, usando os poderes que lhe são conferidos pela Lei nº 14.309/02, art. 60 e pela Portaria nº 054 de 11 de maio de 2007, homologa o parecer do relator pelo **INDEFERIMENTO** recurso, mantendo a multa no valor de R\$ 1.000.000,00, mais a emolumentos de reposição da pesca no valor de R\$ 20.000,00.

Em 12.06.07


Eduardo Martins
Diretor de Monitoramento e Fiscalização Ambiental